

CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SAO PAULO

Estudo Técnico Preliminar 30/2024**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63230.007416/2024-41

2. Descrição do objeto a ser licitado

2.1. Trata-se de Estudo Técnico Preliminar (ETP), destinado à contratação de registro de preço para prestação de serviços, de transporte eventual de passageiros, aferido por quilômetro rodado, entre os municípios de São Paulo/SP, Iperó/SP, e outros municípios dos estados da região Sudeste, incluindo motorista, combustível, seguro (APP e RCF-V) e todas as demais despesas diretas e indiretas, para atender às necessidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), Centro Industrial Nuclear de ARAMAR (CINA) e do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de ARAMAR (BtlDefNBQR-ARAMAR).

3. Formalização da Licitação

3.1. A presente licitação trata-se de procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços. O Modo de Disputa será aberto. O Critério de Julgamento será o Menor Preço. A contratação resultará em Ata de Registro de Preços.

4. Descrição da necessidade

4.1. A Contratação do serviço em tela atenderá às necessidades do CTMSP, do CINA e do BtlDefNBQR-ARAMAR, no que diz respeito ao atendimento de demandas relacionadas ao transporte eventual de servidores civis e militares para cumprimento de atividades de representação e visitas técnicas a instituições públicas e privadas, em dias e horários diversos, entre os municípios de Iperó-SP, São Paulo-SP, e outros municípios dos estados da região Sudeste, para apoio às necessidades relacionadas direta e indiretamente ao desenvolvimento do Programa Nuclear da Marinha (PNM), ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), bem como os projetos derivados destes, cuja descontinuidade causa graves transtornos operacionais e administrativos ao cumprimento das metas vinculadas às fases de desenvolvimento do PNM.

4.2. A contratação pretendida tem o objetivo de dar continuidade ao atendimento da demanda de serviços realizado pelo contrato de mesmo objeto, sob o nº 42000/2018-025/00, que encerrou em 06/06/2022, não podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.3. Portanto, faz-se necessária a contratação do objeto desta licitação, tendo em vista que o serviço contratado é de suma importância para a boa realização das atividades do CTMSP, do CINA e do BtlDefNBQR-ARAMAR e ausência tem causado transtornos à Administração, às metas vinculadas ao desenvolvimento do PNM, bem como ao interesse Público.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Os serviços a serem contratados deverão atender as especificações descritas na tabela apresentada no item 1 do Termo de Referência.

5.2. A proposta deverá especificar, quando cabíveis: marca, modelo, fabricante, custos unitário e totais e, se possível, outras referências que bem identifiquem o produto cotado.

5.3. O preço final deverá incluir todas as despesas referentes aos tributos, frete e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

5.4. Devem ser observadas as normativas contidas na legislação em vigor, observando-se o quanto constar no futuro Edital de certame.

5.5. A empresa a vencer a licitação, deverá possuir alguns requisitos mínimos, a saber:

- a) possuir capacidade logística adequada para as demandas solicitadas;
- b) estar alinhada com a política de desenvolvimento sustentável;
- c) possuir experiência no mercado; e
- d) estar em dia com as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.6. Referente aos critérios da sustentabilidade, em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª Edição) da AGU : e em atendimento ao disposto na IN nº 01/2010 da SLTI/MPOG, a CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

5.6.1. Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

5.6.2. Fornecer aos seus empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

5.6.3. Efetivar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços;

5.6.4. Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamentos mandos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata;

5.6.5. Os veículos fornecidos deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata; e

5.6.6. Além de incentivar seus funcionários às boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, como fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo.

5.7. Adotar práticas de sustentabilidade ambientalmente adequadas que o objeto contratual o exigir, incluída, quando for o caso, a obrigação de estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante recolhimento dos produtos após o uso pela Administração ou resíduos decorrentes da execução contratual, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dando destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, com o encaminhamento do rejeito para disposição final também ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente. A contratada deverá observar e cumprir, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG n/ 1, de 19/01/2010.

6. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Transportes	2T (AA) ALYSSON BARBOSA DE SOUZA

7. Levantamento de Mercado

7.1. Tratando-se de serviços comuns, o mercado possivelmente atenderá esta futura contratação em sua totalidade.

7.2. A Equipe que elaborou este estudo, após prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções de prestação do objeto, entendeu que se tratando de serviço comum, o mercado atende esta futura contratação em sua totalidade e sem restrição.

7.3. Não há restrição de competitividade, há fornecedor suficientes no mercado para o atendimento dos requisitos mínimos e o objeto da contratação, o que pode ser comprovado pelo fato de já existiu uma contratação com os mesmos moldes de prestação de serviço da futura contratação.

7.4. Os itens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bem comum, nos termos do Art. 20 da Lei no 14.133/2021 e do Decreto nº 10.818 /2021, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

7.5. Para este tipo de contratação existe um número razoável de fornecedores disponíveis no mercado.

7.6. As possibilidades para o presente objeto são: pregão eletrônico em sua forma tradicional, pregão eletrônico por sistema de registro de preços, dispensa, inexigibilidade, adesão e IRP aberta.

7.7. Dispensa foi descartada uma vez que os itens que se pretende adquirir não se aplica aos casos de dispensa de licitação previstos no Art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

7.8. É inexigível a licitação quando há inviabilidade de competição, conforme Art. 74 da Lei nº 14.133/2021, sendo assim essa opção foi desconsiderada.

7.9. Considerando a quantidade dos itens que se pretende contratar, a adesão foi descartada por não ter sido encontrado pregão eletrônico passível de adesão que atenda às necessidades do CTMSP em sua totalidade. Além disso, não foram encontradas IRP compatível com o objeto pretendido aberta, diante disso, a participação em p

7.10. A contratação mediante Pregão Eletrônico Tradicional também foi descartada, visto que a necessidade do serviço é atendida mediante prestações parceladas e exige a contratações frequentes. Portanto, o Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços é considerado o mais vantajoso para este Centro e encontra embasamento nos incisos I e II do Art. 3º do Decreto nº 11.462/2023:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

7.11. A contratação do serviço de transporte eventual de passageiros atende às características dos incisos I e II do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, conforme se verifica:

- Inciso I – Contratações frequentes ou permanentes: O serviço é de demanda contínua e recorrente, tendo sido anteriormente prestado por contrato similar. A expectativa de uso frequente do serviço, com base em histórico de contratação e nas necessidades operacionais do CTMSP, do CINA e do BtlDefNBQR-ARAMAR, caracteriza a frequência da demanda.
- Inciso II – Entregas parceladas / serviços por unidade de medida: O serviço será executado sob demanda, conforme necessidade do órgão, e será medido pela diária por quilômetro rodado, ou seja, trata-se de contratação remunerada por unidade de medida. A natureza parcelada das viagens, distribuídas ao longo do período de vigência contratual/ata de registro de preços, também reforça esse enquadramento.

7.12. Dessa forma, justifica-se tecnicamente a adoção do Sistema de Registro de Preços com fundamento no art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023.

7.13. Além disso, certificamos que a contratação e o pagamento observam condições semelhantes às do setor privado.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. Os serviços objeto dessa licitação serão realizados de maneira pontual de acordo com a necessidade demandada, por meio de veículos dos tipos:

- Ônibus rodoviário executivo, com capacidade mínima para 46 passageiros sentados, ar-condicionado e toalete a bordo e toalete a bordo; e
- VAN, tipo executiva, banco de couro e reclináveis, ar-condicionado, cortina, porta lateral com abertura automática e com bagageiro.

8.2. Todos devem possuir no máximo 5 (cinco) anos de fabricação, proporcionando dessa forma mais segurança na execução das viagens.

8.3. Haverá uma verificação, antes da execução do serviço, para garantir que os veículos de transporte de pessoas estejam dentro dos padrões de segurança como: vistoria da documentação dos veículos, ano de fabricação, licenciamento, seguro obrigatório, ARTESP, ANTT, que estejam em ótimo estado de conservação, manutenção veicular documentada (pneus, freios, amortecedores, motor, trem de força, ar-condicionado, etc);

8.4. Os veículos deverão possuir seguro total contra acidentes RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativo de Veículos) e APP (Acidente Pessoais de Passageiros), sem franquia (franquia zero), para cobrir os prejuízos resultantes de quaisquer perdas ou danos durante a execução do serviço.

8.5. A CONTRATADA deverá comprovar regularidade junto às agências estaduais de transporte terrestre no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.6. Para esta licitação este Centro Tecnológico se absteve de exigir comprovação de regularidade das licitantes junto as agências de transportes estaduais e municipais para efeito de habilitação conforme determinação do item 1.7.1.1 Acórdão TCU nº 1058/2020. Contudo será necessário a comprovação de regularidade junto as agências citadas durante a fase de execução do serviço.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. Este processo reuniu as necessidades de contratação dos serviços estimados com base na quantidade de atendimentos realizados por meios próprios do órgão (motorista/veículo), bem como na quantidade de passageiros que compõem a equipe de cada turno, com vistas a suprir a necessidade imposta pela demanda existente, possibilitando atender o transporte de pessoal com segurança e eficiência, e, principalmente sem interrupções indesejáveis.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

9.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.2.1. O histórico de quantidade de quilômetros rodados para o transporte eventual de passageiros no último contrato foi cerca de 12.250 km por ano conforme histórico de Notas Fiscais emitidas, do contrato anterior.

9.2.2. Estima-se um aumento do quantitativo devido ao aumento da demanda com a transferência da SEDE da Diretoria Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGNDTM) para o complexo do CTMSP.

9.2.3. A quantidade total estimada de diária e de quilômetros rodados para atendimento da demanda de transporte eventual de passageiros, para 12 (doze) meses, estão descritos na seguinte tabela:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	TOTAL
1	1	Serviço de transporte rodoviário eventual de funcionários, com veículo tipo ônibus executivo. Diária de 10 horas e franquia de 100 Km, para atendimento em todo território nacional, para viagens de ida e volta com a necessidade de permanência no destino (Pernoite), com saída da Região Metropolitana de São Paulo ou do Rio de Janeiro.	4189	Diária	48
	2	Serviço de transporte rodoviário eventual de funcionários, com veículo tipo ônibus executivo. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, excedente à franquia de 100 Km contemplada na diária, para atendimento em todo território nacional, com saída da Região Metropolitana de São Paulo ou do Rio de Janeiro, para viagens de ida e volta sem a necessidade de permanência no destino (Pernoite).	24210	KM	9.880
2	3	Serviço de transporte rodoviário eventual de funcionários, com veículo tipo van executiva. Diária de 10 horas e franquia de 100 Km, para atendimento em todo território nacional, para viagens de ida e volta com a necessidade de permanência no destino (Pernoite), com saída da Região Metropolitana de São Paulo ou do Rio de Janeiro.	4189	Diária	24
	4	Serviço de transporte rodoviário eventual de funcionários, com veículo tipo van executiva. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, excedente à franquia de 100 Km contemplada na diária, para atendimento em todo território nacional, com saída da Região Metropolitana de São Paulo ou do Rio de Janeiro, para viagens de ida e volta sem a necessidade de permanência no destino (Pernoite).	24210	KM	9.880
3	5	Serviço de transporte rodoviário eventual de funcionários, com veículo tipo ônibus executivo. Diária de 10 horas e franquia de 100 Km, para atendimento em todo território nacional, para viagens de ida e volta com a necessidade de permanência no destino (Pernoite), com saída de Iperó ou Região Metropolitana de Sorocaba ou do Rio de Janeiro.	4189	Diária	48
	6	Serviço de transporte rodoviário eventual de funcionários, com veículo tipo ônibus executivo. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, excedente à franquia de 100 Km contemplada na diária, para atendimento em todo território nacional, com saída de Iperó ou Região Metropolitana de Sorocaba ou do Rio de Janeiro, para viagens de ida e volta sem a necessidade de permanência no destino (Pernoite).	24210	KM	9.274
4	7	Serviço de transporte rodoviário eventual de funcionários, com veículo tipo van executiva. Diária de 10 horas e franquia de 100 Km, para atendimento em todo território nacional, para viagens de ida e volta com a necessidade de permanência no destino (Pernoite), com saída de Iperó ou Região Metropolitana de Sorocaba ou do Rio de Janeiro.	4189	Diária	24
	8	Serviço de transporte rodoviário eventual de funcionários, com veículo tipo van executiva. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, excedente à franquia de 100 Km contemplada na diária, para atendimento em todo território nacional, com saída de Iperó ou Região Metropolitana de Sorocaba ou do Rio de Janeiro, para viagens de ida e volta sem a necessidade de permanência no destino (Pernoite).	24210	KM	9.274

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 794.920,46

10.1. Para a realização da pesquisa de preços, foram utilizadas as metodologias descritas na IN SEGES/ME no 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

10.2. O procedimento de estimativa e a forma de cálculo do valor da contratação encontram-se no Mapa Comparativo de Preços e na Análise Crítica da Pesquisa de Preços, anexados aos autos do processo.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. Justifica-se a não realização do parcelamento em itens isolados, sendo necessária a contratação de uma única empresa para atender integralmente às modalidades de diária e quilômetro rodado. Essa medida se fundamenta na inviabilidade técnica e logística de fragmentar a execução entre diferentes empresas, tendo em vista que a definição da modalidade de cobrança (diária ou por quilômetro) ocorre com base no que é praticado nas licitações públicas recentes e nas particularidades de cada missão, sendo imprescindível que o mesmo fornecedor tenha capacidade imediata de operar sob ambas as condições, conforme a necessidade administrativa. Assim sendo, o certame será composto de 4 (quatro) grupos, com a possibilidade de 1 (uma) única empresa vencedora para grupo.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. Não haverá contratação correlata e/ou interdependente ao objetivo final desta atual necessidade.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. Declaramos que, com fulcro no parágrafo único, do art. 1o, do Decreto no 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto no 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR), conforme detalhamento a seguir e está alinhado ao Planejamento Estratégico do Órgão (PEO) e ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS):

a) Código PAR: 0038/2024

b) CATSER: 24210.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. Este processo reuniu as necessidades de transporte de funcionários para atender às demandas do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), Centro Industrial Nuclear de ARAMAR (CINA) e do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de ARAMAR (BtlDefNBQR-ARAMAR), no que diz respeito aos serviços de transporte eventual de servidores civis e militares para cumprimento de atividades de representação e visitas técnicas a instituições públicas e privadas, em dias e horários diversos, entre os municípios de Iperó-SP, São Paulo-SP, e outros municípios dos estados da região Sudeste, para apoio às necessidades relacionadas diretamente ao desenvolvimento do Programa Nuclear da Marinha (PNM).

14.2. Dessa forma, essa contratação promoverá a disponibilidade dos meios próprios (motorista/veículos), para o atendimento adequado das demais atividades diárias de rotina de transporte de pessoal e material, como por exemplo, a movimentação de material para as diversas empresas ligadas ao PNM nas várias cidades do estado de São Paulo como também em cidades de outros estados adjacentes.

14.3. Assim, espera-se considerável redução de gastos com manutenção, combustíveis e horas extras, além de mitigar o risco de descontinuidade dos serviços de transporte eventual dos funcionários.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Não há necessidade de tomada de providências de adequações do ambiente do órgão para esta futura contratação.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Não foram vislumbrados possíveis impactos ambientais.

17. Participação de ME/EPP

17.1. A Constituição Federal prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes, ao passo que a Lei de Licitações dispõe que este se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

17.2. Diante disso, considerando o disposto no art. 8º e no inciso II do art. 10 do Decreto nº 8.538, a atribuição de cota reservada comprometerá o conjunto a ser adquirido pela administração pública, o qual deverá conter as mesmas características e especificações técnicas para efeitos de padronização e fiscalização contratual.

17.3. Por esse motivo, não será atribuída cota reservada às empresas enquadradas como microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), contudo, será mantido o tratamento diferenciado às ME/EPP.

18. Participação de Cooperativas

18.1. Não foi percebida por esta comissão a necessidade de permissão de cooperativas em vista da especificidade do objeto a ser contratado.

19. Participação de Consórcios

19.1. Não haverá permissão de empresas reunidas em consórcio. No caso presente, nada há no objeto, em termos de dimensão, vulto ou complexidade, ou mesmo alguma circunstância específica, que limite a competitividade de empresas isoladas, tendo em vista que:

19.1.1. Empresas que possuem esse know-how, na hipótese de consórcio, podem se agrupar e, assim, reduzir-se-ia a competitividade e, eventualmente, acarretar prejuízo ao certame (com propostas menos vantajosas); e

19.1.2. Empresas que podem fornecer esse objeto possuem capacidade, por si próprias, de concorrerem individualmente. Conclui-se então, que a autorização da participação de empresas reunidas em consórcios não ampliaria a competitividade, pelo contrário, em virtude de licitações semelhantes anteriormente realizadas pelo CTMSP, para o mesmo fim, observou-se que a não associação entre os particulares incrementa a disputa, razão pela qual se sugere a manutenção desta restrição prevista no Edital. Essa linha de ação converge inclusive para se contar com a melhor proposta para a União.

20. Subcontratação

20.1. Não será admitida a subcontratação, tendo em vista a irretorquível necessidade de operar com segurança o objeto a ser contratado, devendo a responsabilidade da prestação dos serviços recair somente sobre uma Contratada.

21. Qualificação Econômica-Financ. e Técnica

Qualificação Econômico-Financeira

21.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

21.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

21.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

21.3.1 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

21.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

21.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

21.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

21.7. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

21.7.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

21.8. Registro ou inscrição da empresa nas agências reguladoras ARTESP e ANTT, em plena validade;

21.8.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante as agências reguladoras.

22. Garantia da Contratação

22.1. Não será exigida garantia de contratação nos termos do Art. 98 da Lei nº 14.133/2021, pois a complexidade técnica e dos riscos envolvidos nesta contratação não justificam tal exigência.

23. Reajuste

23.1. Será utilizado o índice IPCA/IBGE para eventuais reajustes e correções monetárias. Tal índice foi escolhido, pois é o índice amplamente utilizado pelo mercado para reajuste de bens e serviços relacionados ao varejo, que é o caso do objeto desta licitação.

24. Prazos de Execução e Vigência

24.1. Prazo de Execução: 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do contrato.

24.2. Prazo de Vigência: 12 (doze) meses

25. Local da Prestação de Serviços

25.1. **Itens 1, 2, 3 e 4:** Saída da Região Metropolitana de São Paulo ou do Rio de Janeiro para atendimento em todo território nacional; e

25.2. **Itens 5, 6, 7 e 8:** Saída de Iperó ou Região Metropolitana de Sorocaba ou do Rio de Janeiro para atendimento em todo território nacional.

26. Atividade de Custeio

26.1. O objeto é considerado atividade de custeio, de acordo com o art. 2º, inciso I da Portaria ME nº 7.828/2022. Além disso, atestamos que foi observado o contido no Art. 3º do Decreto nº 10.193/19.

27. Encaminhamento para CJU

27.1. Conforme características e aplicações do objeto, devendo ser analisado pela CJU.

28. Adesão à Ata de Registro de Preços

28.1. Será permitida adesão a esta ata de registro de preço conforme a Lei 14.133/2021.

29. Intenção de Registro de Preços

29.1. Não será permitida em virtude desta contratação ser conduzido pelo Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo (CeITMSP), órgão encarregado de realizar Licitações e Acordos Administrativos para 7 (sete) OM, incluindo suas próprias demandas. Desta forma, o CeITMSP entende que sua capacidade de gerenciamento foi planejada somente para o apoio das OM apoiadas ao CTMSP.

30. Providências Complementares

30.1. O objeto a ser contratado neste processo é comum de mercado, portanto não haverá classificação do documento, considerando o disposto na Lei nº 12.527/2011.

31. Registro no Cadastro Técnico Federal

31.1. Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (7ª Edição) da Advocacia-Geral da União (AGU) e ao IBAMA, constatou-se que para o objeto a ser contratado não há a obrigatoriedade de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

32. Catálogo Eletrônico de Padronização

32.1. Foi realizada consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização e constatado que o presente objeto não está no referido catálogo. Ademais, informamos que foi observado o princípio da padronização nesta contratação.

33. Informações Complementares para o Objeto

33.1. Pregão Eletrônico: Sistema de Registro de Preços.

33.2. Critério de Julgamento: Menor Preço por Grupo;

33.3. Formalização do acordo através de: Contrato;

33.4. Há a necessidade de obrigação futura e/ou assistência técnica? Não;

33.5. Forma de Fornecimento: Parcelado;

33.6. Item Sustentável: Não;

33.7. Forma de Lance: Menor Valor por Grupo;

33.8. Orçamento Sigiloso: Não; e

33.9. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado (para compras): Dispensada, nos termos do inciso III do art. 70 da Lei nº 14.133/2021, em virtude dos serviços serem prestados mediante contratações parceladas de entrega imediata.

34. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

34.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos anteriores apresentados por este Estudo Técnico Preliminar, declaramos a viabilidade desta futura contratação.

35. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIANO SAMPAIO CONEGUNDES DE SOUZA

Líder da Equipe de Planejamento

ALYSSON BARBOSA DE SOUZA

Membro da Equipe de Planejamento